



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **ANEXO I - DO EDITAL**

#### **CAPÍTULO I - DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições de eventual aquisição futura de materiais de consumo, a serem utilizados nas Eleições 2022 (Álcool e Face Shield), doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, no SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
3. A aquisição dos materiais tem a finalidade de implementar medidas de segurança nas Eleições, visando propiciar um ambiente seguro e preservar a saúde de mesários e colaboradores que atuam diretamente nas atividades relacionadas ao Pleito Eleitoral/2022, e eventualmente, os materiais poderão ser utilizados nas demais atividades ordinárias desta Justiça Eleitoral.

#### **CAPÍTULO II - DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:
  - a) haver previsão de aquisições freqüentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de ressuprimento do estoque do almoxarifado para atendimento da demanda ordinária da Justiça Eleitoral, bem como atender aos preparativos das Eleições 2022; e
  - b) não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS, especialmente em função da equação: recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar ao TRE/MS o melhor aproveitamento desses recursos, além de não se saber previamente se haverá ou não segundo turno nas Eleições 2022.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital), deverá ser praticado pela empresa vencedora.
  - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
  - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
3. **A vigência do Registro de Preços será contada da data de assinatura da Ata de Registro de Preços e permanecerá em vigor até o dia 31 de dezembro de 2022.**

#### **CAPÍTULO III - DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS**

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
01	<p><b>Álcool Etílico Hidratado em GEL, concentração de 70% (ou 70° INPM),</b> antisséptico, incolor, para assepsia das mãos. Frasco com 400 g a 450g com <b>bico de apertar/ dosador pump</b> - Com prazo de validade não inferior a 18 meses da data da entrega. Aprovado pela ANVISA.</p> <p>(CATMAT 443454)</p> <p><b>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</b></p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	23.250	R\$ 5,95	R\$ 138.337,50
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
02	<p><b><u>COTA ME/EPP - Relativa ao Item 1</u></b></p> <p><b>Álcool Etílico Hidratado em GEL, concentração de 70% (ou 70° INPM),</b> antisséptico, incolor, para assepsia das mãos. Frasco com 400 g a 450g com <b>bico de apertar/ dosador pump</b> - Com prazo de validade não inferior a 18 meses da data da entrega. Aprovado pela ANVISA.</p> <p>(CATMAT 443454)</p> <p><b>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</b></p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	7.750	R\$ 5,95	R\$ 46.112,50
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
03	<p><b>Álcool Etílico Hidratado em GEL, concentração de 70% (ou 70° INPM),</b> incolor, para assepsia das mãos. Frasco individual com, no mínimo, 50 ml ou 50g. Com prazo de validade não inferior a 18 meses da data da entrega. Aprovado pela ANVISA.</p> <p>(CATMAT 380018)</p> <p><b>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</b></p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	20.000	R\$ 2,67	R\$ 53.400,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
04	<p><b>Álcool Etílico Hidratado, líquido, concentração de 70% (ou 70° INPM).</b> Frasco de 500ml. Aprovado pela ANVISA.</p> <p>(CATMAT 269941)</p> <p><b>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</b></p>		

UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	15.000	R\$ 5,55	R\$ 83.250,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
05	<b><u>COTA ME/EPP- Relativa ao Item 4</u></b>		
	<b>Álcool Etílico Hidratado, líquido, concentração de 70% (ou 70° INPM).</b> Frasco de 500ml. Aprovado pela ANVISA. (CATMAT 269941)		
	<b>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</b>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	5.000	R\$ 5,55	R\$ 27.750,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
06	<b>Álcool etílico hidratado em gel</b> , concentração de 70% (ou 70° INPM), antisséptico, incolor, para assepsia das mãos, com fabricação não superior a 30 dias da data da entrega. Frasco com, no mínimo, 500 ml (lacrado). Aprovado pela ANVISA. (CATMAT 269943)		
	<b>(ver documentos de habilitação específicos para este item)</b>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Frasco	2.000	R\$ 3,53	R\$ 7.060,00
Intervalo entre os lances			R\$

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
07	<b>PROTETOR FACIAL (FACE SHIELD)</b> , não descartável, ajustável, com suporte anatômico de apoio na testa do usuário; deve permitir facilidade na respiração; não possuir saliências ou extremidades afiadas que possam causar desconforto ou acidente ao usuário; deve permitir o uso juntamente com os óculos de proteção ou de grau e as máscaras de proteção respiratória N95/PFF2; para proteção total da testa e da face contra aerossóis; transparente, com visor em policarbonato flexível, ou equivalente; lavável com água e sabão e passível de desinfecção com álcool a 70%. Embalados individualmente. (CATMAT 220523)		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Unidade	32.250	R\$ 3,48	R\$ 112.230,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
08	<p><b><u>COTA ME/EPP - Relativa ao Item 7</u></b></p> <p><b>PROTETOR FACIAL</b> (FACE SHIELD), não descartável, ajustável, com suporte anatômico de apoio na testa do usuário; deve permitir facilidade na respiração; não possuir saliências ou extremidades afiadas que possam causar desconforto ou acidente ao usuário; deve permitir o uso juntamente com os óculos de proteção ou de grau e as máscaras de proteção respiratória N95/PFF2; para proteção total da testa e da face contra aerossóis; transparente, com visor em policarbonato flexível, ou equivalente; lavável com água e sabão e passível de desinfecção com álcool a 70%. Embalados individualmente.</p> <p>(CATMAT 220523)</p>		
UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
Unidade	10.750	R\$ 3,48	R\$ 37.410,00
Intervalo entre os lances			R\$ 0,01

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. A indicação de produto de referência feita na descrição de alguns itens é apenas orientativa, correspondendo aos produtos que serviram de base para a coleta das características/especificações dos materiais a serem adquiridos, nos termos do Acórdão nº 2401/2006 do Tribunal de Contas da União.

2.1. A empresa licitante poderá ofertar produtos **similares** aos de referência, desde que atendam às especificações exigidas e apresentem padrão de qualidade e desempenho equivalentes.

2.2. Uma vez que os fabricantes podem alterar as características de seus produtos a qualquer tempo e sem prévio aviso, é de responsabilidade da empresa licitante, que pretenda cotar produto indicado como referência, a certificação de que o produto cotado mantém-se de acordo com as especificações exigidas.

2.3. Em virtude do exposto na primeira parte da cláusula 2.2 acima, a cotação pela empresa licitante de produto indicado como referência não condiciona o TRE/MS à classificação da proposta e/ou à aceitação do produto quando de sua entrega.

3. Os itens que tiveram seus valores totais estimados acima de R\$ 80.000,00, para atendimento do disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP, foram divididos em dois itens, conforme indicado na tabela abaixo:

Material	Quantidade total	Qdade ampla disputa (cota principal)	Qdade cota exclusiva ME/EPP (cota ME/EPP)
Álcool Etílico Gel - pump	31.000	item 01 - 23.250	item 02 - 7.750
Álcool Etílico Líquido	20.000	item 04 - 15.000	item 05 - 5.000
Protetor Facial	43.000	item 07 - 32.250	item 08 - 10.750

**3.1. Na hipótese de não haver vencedores para as cotas dos itens 02, 05 e 08 (reservadas para ME/EPP), cada cota destas poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal respectiva ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratique o preço do primeiro colocado da cota principal.**

4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de amostra do produto cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

4.1. Caso seja solicitada amostra de algum produto, o prazo improrrogável para envio é de **7 (sete) dias úteis**, contados da convocação pelo Pregoeiro

4.2. Não serão analisadas amostras recebidas após o prazo anotado na cláusula anterior.

4.3. As verificações das amostras, que serão realizadas pelo Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consistirão em verificações das informações obrigatórias e compatibilidade das especificações solicitadas.

4.4. Os custos com o envio e/ou com a retirada das amostras ficarão a cargo da licitante.

4.5. Caso a retirada não ocorra no prazo de 30 (trinta) dias o TRE/MS dará às amostras o destino que entender pertinente.

4.6. Caso sejam as amostras aprovadas, o licitante poderá optar por deixá-las em poder do TRE/MS, considerando os produtos como parte do fornecimento a ser realizado.

#### **CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

1. Havendo necessidade de material cujo preço foi registrado, a Unidade Requisitante fará a solicitação, mediante requisição de fornecimento, indicando sua descrição, quantidade e preço registrado, bem como o endereço de onde deverá ser realizada a entrega dos materiais.

1.1. Caberá à unidade requisitante a definição do modelo de requisição a ser adotado, bem como da forma de seu envio à empresa fornecedora (por. ex.: em mãos, correio-eletrônico).

2. A(s) empresa(s) fornecedora(s) deverá(ão) entregar os materiais, na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na Rua Delegado Alfredo Hardmann, n.º 184, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), Campo Grande/MS.

2.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

2.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda à sexta-feira, através do telefone (67) 2107-7080 e 2107-7207.

3. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA é de **30 (trinta)** dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou da Requisição de fornecimento.

3.1. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo, no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. O recebimento provisório e definitivo dos materiais ficará à cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA), conforme descrito a seguir.

**8. O recebimento provisório** será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
- b) condições da embalagem e/ou do material;
- c) quantidade entregue;
- d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

9. Atendidas as condições indicadas na cláusula 8 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

9.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

**10. O recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
- b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

11. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

11.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 4 a 6 deste Capítulo.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

**13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.**

**13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.**

14. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

## **CAPÍTULO V – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

## **CAPÍTULO VI – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO VII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na Ata de Registro de Preços (minuta constante do Anexo II do Edital).

## **CAPÍTULO VIII - DA FISCALIZAÇÃO**

1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal.
  - 1.1. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.
2. Caberá à fiscalização:
  - a) requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;
  - b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência, solicitando a imediata correção por parte da contratada;
  - c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.
  - d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento da prestação dos serviços/fornecimento e/ou aplicação de penalidades previstas;
  - e) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
  - f) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

## CAPÍTULO IX - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento.
4. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
5. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
6. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## CAPÍTULO X - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços (Minuta – Anexo II).
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.
5. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
6. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades à pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
7. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

7.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

8. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

Campo Grande/MS,

**TRE/MS**



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 24/02/2022, às 13:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA SHIMABUKURO TOMIGAWA, Chefe de Seção**, em 24/02/2022, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1161746** e o código CRC **5F29DA6E**.



